



**Empresa Maranhense de Administração
Portuária – EMAP**

BALANÇO PATRIMONIAL

2017



Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP

BALANÇO PATRIMONIAL

2017

Sumário

Balanço patrimonial.....	2
Demonstração do resultado.....	3
Demonstração do resultado abrangente.....	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstração do fluxo de caixa – Modelo indireto.....	6
Demonstração do valor adicionado.....	7
Notas explicativas.....	8 - 27



Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
Balanco Patrimonial
 Em 31 de Dezembro de 2017
Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2017	31/12/2016	Passivo	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	265.990	263.970	Fornecedores	14	2.960	1.586
Valores de Terceiros	9	1.787	822	Folha de pagamento e provisão de férias		4.679	4.094
Cientes Líquido de PCLD	10	5.723	5.322	Impostos e contribuições a recolher	15	4.478	4.192
Almoxarifado		87	112	Recursos de Convênios a Comprovar	16	723	722
Impostos e contribuições a recuperar/compensar	11	12.012	13.357	Juros sobre capital próprio		23.989	36.469
Outras contas a receber		2.891	4.394	Provisão participação nos resultados		6.406	4.400
				Provisão para contingências	17	3.447	2.440
				Receita diferida	18	6.081	6.081
				Outras contas a pagar	19	3.785	4.009
Total do ativo circulante		288.490	287.978	Total do passivo circulante		56.548	63.993
Cientes Líquido de PCLD LP	10	-	625	Provisão para contingências	18	109.965	116.046
Imobilizado	12	590.849	54.120	Receita diferida		337.989	336.993
Intangível	13	23.296	20.841	Convênios a comprovar	16	447.955	453.040
Total do ativo não circulante		614.145	575.586	Total do passivo não circulante		398.132	346.531
				Patrimônio Líquido	20		
				Capital Social		334.589	293.310
				Reservas de lucro		63.543	53.221
				Lucro do período		-	-
				Total do patrimônio Líquido		902.635	863.564
Total do Ativo		902.635	863.564	Total do Passivo		902.635	863.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Maranhense de Administração Portuária – Porto do Itaqui – São Luís – MA – Brasil
 CEP. 65085-370 – e-mail: itaqui@emap.ma.gov.br - Site: www.emap.ma.gov.br

Tel.: 55(0**98) 3216-6000 – Fax: 55 (0**98) 3216-6060/3222-4756 CNPJ: 03.650.060/0001-48 Insc. Est. 12.180.031-8

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP

Demonstração do Resultado

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais

	Notas	Acumulado	
		31/12/2017	31/12/2016
Receita Líquida	4	<u>182.162</u>	<u>146.401</u>
Custos operacionais	5	<u>(52.758)</u>	<u>(42.318)</u>
Lucro bruto		<u>129.404</u>	<u>104.083</u>
Despesas Administrativas	6	<u>(61.438)</u>	<u>(53.348)</u>
Pessoal/Encargos e Benefícios		(38.788)	(35.798)
Despesas Gerais		(20.758)	(16.946)
Despesas com Materiais		(350)	(401)
Provisão para Contingências		(1.057)	(120)
Outras Despesas		(485)	(82)
Depreciação e Amortização		<u>(3.393)</u>	<u>(3.540)</u>
Resultado financeiro		<u>259</u>	<u>8.273</u>
Receitas Financeiras		25.628	31.148
Despesas Financeiras		(25.369)	(22.875)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>64.832</u>	<u>55.468</u>
Tributos sobre o Lucro	7	<u>(13.231)</u>	<u>(12.016)</u>
(-) Provisão para Contribuição Social		(6.060)	(5.032)
(-) Provisão para IRPJ		(16.406)	(13.619)
(+) Receita de Subvenção - Redução IRPJ		9.236	6.635
Lucro do período		<u><u>51.601</u></u>	<u><u>43.452</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
Demonstração do Resultado Abrangente
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de Reais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro do exercício	51.601	43.452
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	51.601	43.452





Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Em 31 de Dezembro de 2017
Em milhares de Reais

	Reserva de Lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de lucros a realizar		
Em 31 de dezembro de 2015	213.938	9.769	7.843	60.768	-	292.318
Incorporação de juros sobre capital próprio	10.761	-	-	-	-	10.761
Capitalização de reserva de incentivo fiscal	7.843	-	(7.843)	-	-	-
Capitalização de reserva de lucros a realizar	60.768	-	-	(60.768)	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	43.452	43.452
Constituição de reserva legal	-	2.173	-	-	(2.173)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	6.635	-	(6.635)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	34.644	(34.644)	-
Em 31 de dezembro de 2016	293.310	11.942	6.635	34.644	-	346.531
Capitalização de reserva de incentivo fiscal	6.635	-	(6.635)	-	-	-
Capitalização de reserva de lucros a realizar	34.644	-	-	(34.644)	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	51.601	51.601
Constituição de reserva legal	-	2.580	-	-	(2.580)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	9.236	-	(9.236)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	39.785	(39.785)	-
Em 31 de Dezembro de 2017	334.589	14.522	9.236	39.785	-	398.132

 ;




Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método indireto
 Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
 Em milhares de Reais

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	51.601	43.452
Imposto de renda	16.406	13.619
Contribuição social	6.060	5.032
Receita de Subvenção - Redução IRPJ	(9.236)	(6.635)
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	64.832	55.468
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização	3.393	3.540
Valor residual do ativo imobilizado baixado	583	-
Receita de Subvenção - Redução IRPJ	9.236	6.635
Reversão de contingências	1.007	120
Outras - Ajuste conciliação de depreciação	(138)	-
	14.080	10.295
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Clientes	224	2.076
Almoxarifado	25	(11)
Impostos e contribuições a recuperar	1.345	(3.325)
Valores de Terceiros	(964)	-
Outros créditos a receber	1.503	(2.276)
	2.133	(3.535)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	1.374	589
Obrigações estimadas, folhas de pagamento	585	107
Impostos e contribuições a recolher	285	107
Tributos sobre o lucro	(22.467)	(18.651)
Juros sobre capital próprio	(12.480)	11.701
Participação nos lucros	2.007	(526)
Receita diferida	(6.081)	(6.081)
Outras contas a pagar	(224)	(2.288)
	(37.001)	(15.043)
Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	44.044	47.185
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	44.044	47.185
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições no ativo imobilizado Próprio	(39.617)	(7.346)
Aquisições no ativo imobilizado da União	(950)	(3.331)
Aquisições no ativo intangível Próprio	(2.455)	(1.132)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(43.021)	(11.809)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Capitalização de Juros sobre capital próprio	-	10.761
Captação de recursos da União	997	2.082
Devolução de recursos da União	-	-
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamento	997	12.843
Disponibilidades aplicadas no período	2.019	48.219
Demonstração do aumento/redução nas disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	263.970	216.574
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	265.990	264.793
Variação nas disponibilidades	2.019	48.219

[Handwritten signatures and initials]

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
Demonstrações do Valor Adicionado

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais

	Acumulado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas	207.360	167.049
Receita de serviços prestados	163.511	129.686
Receita de arrendamento	43.824	37.348
Provisão para devedores duvidosos - Reversão/ (Constituição)	-	-
Outras receitas	25	15
Insumos adquiridos de terceiros	(55.592)	(43.163)
Custos dos serviços prestados	(32.942)	(25.613)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(22.650)	(17.550)
Valor adicionado bruto	151.768	123.886
Depreciação, amortização e exaustão	(3.393)	(3.540)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	148.375	120.346
Valor adicionado recebido em transferências	25.628	31.148
Receitas financeiras	25.628	31.148
Valor adicionado total a distribuir	174.003	151.494
Distribuição do valor adicionado	174.003	151.494
Pessoal	50.243	44.684
Remuneração direta	39.935	35.188
Benefícios	7.805	7.168
F.G.T.S.	2.503	2.328
Impostos, taxas e contribuições	46.790	40.483
Federais	40.773	35.287
Municipais	6.018	5.196
Remuneração de capitais de terceiros	679	413
Despesas financeiras	679	413
Remuneração de capitais próprios	76.290	65.914
Juros sobre capital próprio	24.689	22.462
Lucros do período	51.601	43.452



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Informações sobre a Empresa

A Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, foi constituída conforme Lei nº 7225 em 31 de agosto de 1998 como Empresa Pública, com personalidade jurídica de direito privado, possui autonomia administrativa, técnica, patrimonial e financeira e exerce a administração e exploração do Porto Organizado do Itaqui, do Cais de São José de Ribamar, dos Terminais de Ferry-Boat da Ponta da Espera e do Cajupe, conforme estabelecido na Lei Federal nº 12.815, de 05 de junho de 2013, que revogou a Lei Federal nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, em harmonia com as diretrizes do Governo Federal, por força de Convênio de Delegação Nº 016/2000 celebrado entre a União e o Estado do Maranhão com prazo de 25 anos. A sede social da empresa está localizada na Avenida dos Portugueses, s/n – Porto do Itaqui – São Luís – MA.

De acordo com o parecer do Conselho Fiscal de 29 de janeiro de 2018, o Conselho de Administração, em 30 de janeiro de 2018, aprova e autoriza a publicação das demonstrações financeiras.

2. Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da

Empresa Maranhense de Administração Portuária – Porto do Itaqui – São Luís – MA – Brasil

CEP.65085-370 – e-mail: itaqui@emap.ma.gov.br - Site: www.emap.ma.gov.br

Tel.: 55(0**98) 3216-6000 – Fax: 55 (0**98) 3216-6060/3222-4756 CNPJ: 03.650.060/0001-48 Insc. Est. 12.180.031-8



Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. A Empresa é responsável pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

Em obediência às recomendações do CPC 23 item 5 e do CPC 26 item 19, ressaltamos que houve mudança na política contábil quanto a destinação do valor dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP) por determinação do único acionista da EMAP (O Governo do Estado do Maranhão), que se manifestou através da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento pelos Ofícios n.º 702/2017-GAB/SEPLAN de 22/12/2017 e de n.º 031/2018-GAB/SEPLAN de 16/01/2018.

O novo procedimento determina que o valor dos Juros sobre Capital Próprio, que era integralmente destinado ao aumento de Capital Social, passa a ser destinado ao efetivo pagamento para o único acionista da Empresa.

A nova política, teve efeito retroativo ao exercício de 2016, o que provocou mudança nas Demonstrações Contábeis desse ano nos tópicos: 8 – Impostos sobre o Lucro; 19 – Outras Contas a Pagar e 20 – Patrimônio Líquido. Essas demonstrações foram retificadas e estão sendo reapresentadas. Nas Demonstrações Contábeis de 2017, já estão sendo considerados os efeitos dos dados corrigidos para fins de comparações com o exercício anterior (2016).

2.1. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. A EMAP não possui operações relevantes em moeda estrangeira.

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:



Prestação de Serviços

A receita de utilização da infraestrutura portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias são reconhecidas à medida que os serviços são prestados.

Receita de aluguel

Receita de aluguel, é resultante de arrendamentos de bens próprios, é contabilizada de forma linear ao longo do prazo dos compromissos registrados em contrato. O valor é composto de uma parcela fixa (outorga fixa) e de uma parcela variável (outorga variável), quando aplicável a clientes com movimentação de cargas na área arrendada.

2.3. Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, arrendamentos e prestação de serviços, exceto:

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, arrendamentos e prestação de serviços;
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.4. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.



Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

2.5. Imobilizado

A Empresa optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que:

- I. O método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Empresa;
- II. O ativo imobilizado da Empresa é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais;

Os ativos imobilizados são apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada. O referido custo inclui o gasto de reposição de parte do imobilizado, assim como juros e outros custos incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos projetos, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Empresa reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas são anuais, calculadas pró-rata mensalmente, como segue:

<u>Espécie</u>	<u>Taxa Anual</u>
Edificações portuárias	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos marítimos	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	25%

Empresa Maranhense de Administração Portuária – Porto do Itaqui – São Luís – MA – Brasil

CEP.65085-370 – e-mail: itaqui@emap.ma.gov.br - Site: www.emap.ma.gov.br

Tel.: 55(0**98) 3216-6000 – Fax: 55 (0**98) 3216-6060/3222-4756 CNPJ: 03.650.060/0001-48 Insc. Est. 12.180.031-8



Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.6. Arrendamentos de Bens

A caracterização de um contrato como arrendamento de bens está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos de bens para os quais a Empresa não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

2.7. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem liquidez no curto prazo.

2.9. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos para os quais é considerado provável que possa ocorrer uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais



recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a administração não fez julgamentos que tenham efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e Premissas

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

4. Receita Líquida

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita bruta	207.360	167.049
Tarifas/Serviços	163.511	129.686
Arrendamento	37.743	31.267
Arrendamento TEGRAM	6.081	6.081
Outras Receitas	25	15
Deduções da receita	(25.199)	(20.648)
Impostos s/ Faturamento	(25.199)	(20.648)
Receita Líquida	182.162	146.401



5. Custos Operacionais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Custos com Pessoal	19.815	16.705
Custos com Infraestrutura Portuária	5.582	2.193
Custos Gerais	22.830	19.552
Custos com Materiais	917	842
Custos com Serviços Essenciais	2.863	2.514
Outros Custos	751	513
Total	<u>52.758</u>	<u>42.318</u>

6. Despesas Administrativas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pessoal/encargos e benefícios	38.788	35.798
Despesas gerais	20.127	16.340
Materiais	350	401
Serviços essenciais	631	606
Provisão para contingências	1.057	120
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	-	-
Outras despesas não recorrentes	485	82
Total	<u>61.438</u>	<u>53.348</u>

7. Impostos sobre o lucro – Alíquota efetiva

Com o objetivo de eliminar distorções na comparabilidade entre os dois períodos, os saldos referentes ao exercício anterior (2016) estão demonstrados com ajustes relativo a mudança na política de destinação do valor dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP) em acordo com as Demonstrações (2016) reapresentadas. O impacto no exercício anterior foi um crescimento da carga tributária no período de R\$ 234 mil (R\$ 11.782 mil para R\$ 12.016 mil) no acumulado.

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está resumida a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social correntes:		
Despesas de contribuição social corrente	6.060	5.032
Despesa de imposto de renda corrente	16.406	13.619
Receita Subvenção - inventivo fiscal SUDENE	(9.236)	(6.635)
Despesas de imposto de renda e contribuição social apresentadas na demonstração do resultado	13.231	12.016

A conciliação entre a despesa tributária é o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local do Brasil (alíquota hipotética) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está descrita a seguir:

	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	64.832	64.832	55.468	55.468
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	16.208	5.835	13.867	4.992
Adições :				
Comemorações	-	-	-	-
Contribuições Sócio-Culturais e Patrocínios	-	-	317	317
Multas por infrações	1.449	1.449	3	3
Provisões p/ Contingências	1.057	1.057	120	120
Outras despesas não dedutíveis	-	-	6	6
	2.506	2.506	446	446
Exclusões:				
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-
Base do imposto adicional	-	-	-	-
	-	-	-	-
IRPJ e CSLL	16.810	6.060	13.954	5.032
Incentivo PAT	(404)	-	(335)	-
Contribuições Sócio-Culturais Lei Rouanet	-	-	-	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	16.406	6.060	13.619	5.032
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL Diferidos)				
(+) IRPJ Subvenção Governamental	(9.236)	-	(6.635)	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	7.170	6.060	6.984	5.032
Alíquota efetiva com ativo fiscal Diferido	11%	9%	13%	9%

8. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Numerários Disponíveis	229	145
Aplicações Financeiras	265.761	263.825
Total	265.990	263.970

As aplicações financeiras próprias são investimentos em Fundos de Investimentos em renda fixa e Certificado de Depósito Bancário (CDB), este último remunerado pela variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), com percentual dos mesmos entre 95% e 100,5%. Ambas as aplicações estão disponíveis para pronta utilização nas operações da EMAP.

Os saldos contábeis das contas Caixa e Equivalentes de Caixa são conciliados com as informações fornecidas pelos bancos através dos extratos bancários e conferem com os mesmos.

9. Aplicação financeira de valores de terceiros

Quanto às aplicações de valores de terceiros referem-se a:

I) Depósitos de clientes/fornecedores de recursos em garantia contratual (caução) a ser devolvido ao término do contrato, nos termos da Lei 8666/1993 Art. 56 § 4º. Estes valores são atualizados mensalmente, de modo a retratar fielmente o total da obrigação para com os prestadores de serviço que efetuaram depósito de caução;

II) Recursos da União recebidos através de convênios e/ou termos de compromisso para construção de obras. Estes recursos são aplicados em caderneta de poupança, conforme art. 20 da Instrução Normativa STN Nº 01/1997. Os valores são utilizados estritamente para pagamento de obras e/ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento, e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa em razão da vinculação com gastos específicos.

III) R\$ 531.148,74 atualizados pelo índice da poupança, trata-se dos percentuais de Imposto de Renda (IR) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, valor incluso (cobrado) indevidamente pela empresa DTA na composição de preço do serviço contratado. Essa operação ocorreu no ano de 2009, e as partes aguardam a apreciação da Prestação de Contas desse exercício por parte do TCE.

10. Clientes

Cliente	31/12/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cliente	5.723	11.296	5.322	11.990
PCLD (*)	-	(11.296)	-	(11.365)
Total	5.723	0	5.322	625

(*) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Clientes aberto por vencimento (vencidos e a vencer)

<u>Valores a Vencer</u>	31/12/2017		31/12/2016	
Vencer em até 30dd	5.639.637,51		5.233.646,12	
A Vencer entre 30 e 60 dd	1.500,00		3.164,61	
A Vencer entre 60 e 90 dd	1.500,00		3.164,59	
A Vencer entre 90 e 180 dd	4.500,00		6.234,00	
A Vencer entre 180 e 360 dd	-		12.468,00	
A Vencer mais de 360 dd	-		9.578,00	
Total (1)	5.647.137,51	(iii)	5.268.255,32	(i)
<u>Valores Vencidos</u>	31/12/2017		31/12/2016	
Atraso até 30 dias	64.263,97		24.054,68	
Atraso de 31 à 60 dias	3.454,53		6.699,11	
Atraso de 61 à 90 dias	3.454,53		2.809,01	
Atraso de 91 à 180 dias	2.268,94		8.427,03	
Atraso a mais de 180 dias	11.297.838,59		12.001.864,95	
Total (2)	11.371.280,56	(iv)	12.043.854,78	(ii)
Total (1+2)	17.018.418,07		17.312.110,10	

(i) Do montante de Valores a Vencer, R\$ 7.514,00 estão em Ação Monitória. Cliente M.DO.P.S. MENDES, cujo acordo em juízo não foi cumprido, portanto executado pelo jurídico EMAP.

(ii) Do montante, R\$ 11.982.532,17 estão em Ação Monitória.

(iii) Do montante, R\$ 578,00 encontra-se em Ação Monitória.

(iv) Do montante, R\$ 11.295.326,59 encontra-se em Ação Monitória.

11. Impostos e contribuições a recuperar/compensar

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
INSS	-	-
ISS	12	12
PIS	-	-
COFINS	-	-
IRPJ	10.384	12.050
CSLL	1.606	1.285
Outros impostos	11	11
Total	12.012	13.357

12. Imobilizado

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Bens Imóveis	16.152	17.369
Bens Móveis	12.117	11.855
Bens Móveis Convênio	253	253
Bens em Montagem	6.607	428
Obras em Andamento (a)	555.721	524.215
Total Imobilizado	590.849	554.120

- (a) A Empresa mantém investimentos em obras em andamento com recursos próprios e de terceiros, sendo que o mais relevante é a construção do berço 108. Em dezembro/2017, este investimento representa aproximadamente 14% do seu imobilizado. Os investimentos relativos a construção do berço 100 e recuperação dos berços 101 e 102 estão aguardando encerramento formal dos convênios com a aprovação da prestação de contas conforme os respectivos prazos de vigência, veja nota 16.

A mutação do imobilizado da EMAP está apresentada abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2017</u>
Benfeitorias em Imóveis	17.369	-	(1.217)	-	16.152
Móveis e Utensílios	1.182	260	(122)	(60)	1.260
Equipamentos de Informática	223	882	(190)	-	914
Máquinas e Equipamentos	8.178	1.242	(1.107)	(25)	8.288
Veículos	422	-	(92)	-	329
Aparel. Máq. E Equipamentos DNIT - Contrapartida	54	20	(54)	(20)	-
Defensas Marítimas e Cabeços	1.798	-	(472)	-	1.325
Bens Móveis - Convênio	253	-	-	-	253
Subtotal	29.476	2.404	(3.254)	(105)	28.521

Obras em andamento

Recursos próprios	186.698	31.034	-	(478)	217.254
Recursos de Terceiros	337.517	950	-	-	338.467
Bens em Montagem	428	6.213	-	(34)	6.607
Subtotal	524.643	38.197	-	(512)	562.328
Total	554.120	40.601	(3.254)	(617)	590.849

Um ponto relevante em relação ao Ativo Imobilizado é o contrato efetuado com a empresa MFC Avaliação e Gestão de Ativos Ltda. – EPP para realizar inventário físico dos bens móveis, imóveis, intangível e obras em andamento, assim como os trabalhos de levantamento contábil, reavaliação de valor e de vida útil dos bens do ativo imobilizado e bens Intangíveis, Conciliação Contábil e assessoria para tratamento dos ajustes contábeis necessários.

Este trabalho abrange inclusive os bens remanescentes da CODOMAR, que foram transferidos através do convênio de delegação 016/2000.

A execução deste trabalho foi concluída em 04/17 com a apresentação do Relatório Final, que foi submetido à Diretoria da EMAP e demais áreas envolvidas e participantes do trabalho, com Gerência Administrativa/ Coordenadoria de materiais e Patrimônio e Gerência da TI.

Por recomendação da consultoria, está em andamento revisão das informações cadastrais dos itens do Ativo Imobilizados, assim como conciliação entre os saldos das contas contábeis do balancete com os relatórios de controle patrimonial, ainda não concluído em 2017.

Os quadros abaixo apresentam o resultado do levantamento físico do Ativo Imobilizado, informando o valor que irá impactar no resultado tão logo as ações de saneamento (baixa) sejam concluídas pela área responsável.

Resultado do Inventário do Ativo Imobilizado
Valores para Baixa - EMAP

Grupos de Ativo	Qtd.	Sobra Contábil (Valor Aquisição)	Bens em Estado Ruim (Sucata)	Total de Baixa	Impacto no Resultado (Valor Residual)
Equipamentos de informática	449	2.243	159	2.403	134
Equipamentos de segurança	42	291	1	292	-
Máquinas e equipamentos	464	1.599	30	1.630	809
Móveis e utensílios	1.054	548	82	629	260
Urbanização e benfeitoria	5	519	-	519	313
Veículos	1	0	-	0	
Total	2.015	5.201	272	5.473	1.517

**Resultado do Inventário do Ativo Imobilizado
Valores para Baixa – CODOMAR**

Grupos de Ativo	Qtd.	Sobra Contábil (Valor Aquisição)	Bens em Estado Ruim (Sucata)	Total de Baixa	Impacto no Resultado (Valor Residual)
Equipamentos de informática	109	225	-	225	-
Máquinas e equipamentos	497	6.042	-	6.042	-
Móveis e utensílios	1.121	166	-	166	-
Urbanização e benfeitoria	382	32.307	-	32.307	-
Veículos	26	828	-	828	-
Total	2.135	39.569	-	39.569	-

Obs.: As baixas relativas aos bens oriundos da CODOMAR não terão impacto no Resultado da EMAP, pois estão contabilizados em Conta Contábil de Compensação e estão totalmente depreciados.

**Resultado do Inventário do Ativo Imobilizado
Obras em Andamento (classificação contábil)**

Grupos de Ativo	Obras em Andamento	Continua em Andamento	Imobilizar	Impacto no Resultado (Baixa)
Obras em andamento	521.805			
Obras que continuam em andamento		(60.531)		
Transferir para imobilizado			(456.406)	
Transferir para despesa				(4.869)
Total	521.805	(60.531)	(456.406)	(4.869)

13. Intangível

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2017</u>
Implantação de Sist. de Gestão e Outros	29.300	-	(29.300)	-	-
Softwares e Direitos	20.841	2.455	-	-	23.296
Total	50.141	2.455	(29.300)	-	23.296

14. Fornecedores

FORNECEDORES	31/12/2017	REPRESENTATIVIDADE
Maxtec Serviços Gerais e Man. Industrial	1.027	35%
Internacional Marítima	637	22%
Nano Automation do Brasil Ltda.	620	21%
Compact Power Máquinas Ltda. - EPP	169	6%
Tendas ALUBAN	160	5%
Constrular Comércio E Serviço Ltda.	59	2%
Associação dos Livreiros do Estado do MA	50	2%
VMI Sistemas de Segurança Ltda.	41	1%
F. A. Morais - ME	40	1%
Leiaute Comunicação e Propaganda Ltda.	29	1%
Ricardo Teixeira Odontologia Integrada	27	1%
TOTVS S/A	24	1%
Outros fornecedores	78	2%
Total	2.960	100%

15. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2017	31/12/2016
ISS	854	629
INSS	1.402	1.148
FGTS	309	281
PIS	162	136
COFINS	763	655
IRPJ / CSLL	332	253
IRRF	509	824
Outros	147	266
Total	4.478	4.192

16. Convênios a comprovar

Convênios	Contrapartida	Concedente	Total Contrato	Repasse	Rendimentos	Utilizado (*)	Devolução	À utilizar
DNIT/AQ/0173/2003-06	a.	26.691	240.219	266.910	240.219	16.496	256.011	- 704
DNIT/AQ/00.01.0226/2004-00	b.	67	600	667	600	60	571	89 -
SEP/001/2007-05	c.	546	49.015	49.561	49.015	7.678	16.207	40.486 -
TERMO DE COMPROMISSO SEP/012/2011	d.	-	70.420	70.420	47.950	2.643	50.593	- -
TERMO DE COMPROMISSO SEP/04/2014	e.	-	31.325	31.325	31.390	75	31.445	- 20
Total		27.304	391.579	418.883	369.174	26.952	354.827	40.575 724

(*) Recursos utilizados referente ao concedente e rendimentos.

- a. **Convênio N.º DNIT/AQ/0173/2003-06** – Tem por objetivo execução das obras de ampliação e melhoramento da infraestrutura portuária do Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 09/12/2003 a 31/03/2013, prorrogado para 31/01/2014.

Obras contempladas: Construção do Berço 100 e alargamento do Cais Sul; Recuperação dos Berços 101 e 102; Sistema de segurança e gerenciamento eletrônico - ISPS CODE; Modernização do sistema de atracação a laser e monitoramento ambiental do Porto; Projeto executivo das obras; Gerenciamento e fiscalização das obras. Para dar prosseguimento às rotinas de encerramento do convênio, foi devolvido em abril de 2014 o saldo em conta corrente no valor de R\$ 7.328 mil. Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos – SEP.

- b. **Convênio N.º DNIT/AQ/00.01.0226/2004-00** – Tem por objetivo a construção e instalação portuária para inspeção fitossanitária e construção de complexo administrativo portuário no Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 30/12/2004 a 31/01/2006.

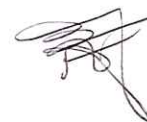
Obras contempladas: Posto Vigiairo; Prédio Centro de Negócios. Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos – SEP.

- c. **Convênio N.º SEP/001/2007-05** – Tem por objetivo Execução de dragagem de parte do canal de acesso e junto aos Berços 100 a 103 e dragagem e construção do aterro hidráulico da retroárea dos berços 100 e 101. O prazo de vigência é de 21/12/2007 a 01/01/2011.

Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos – SEP.

Empresa Maranhense de Administração Portuária – Porto do Itaqui – São Luís – MA – Brasil
CEP. 65085-370 – e-mail: itaqui@emap.ma.gov.br - Site: www.emap.ma.gov.br

Tel.: 55(0**98) 3216-6000 – Fax: 55 (0**98) 3216-6060/3222-4756 CNPJ: 03.650.060/0001-48 Insc. Est. 12.180.031-8





- d. **Termo de compromisso SEP/012/2011** – Tem por objetivo execução de obras civis de construção do Berço 108 (Terminal de Granéis Líquidos) no Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 30/12/2011 a 28/02/2014. Para dar prosseguimento às rotinas de encerramento do convênio, foi devolvido em maio de 2014 o saldo em conta corrente no valor de R\$ 9.601 mil. Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos – SEP.
- e. **Termo de Compromisso SEP/04/2014** – Tem por objetivo a conclusão da obra civil de construção do Berço 108 (Terminal de Granéis Líquidos) no Porto do Itaqui. O prazo de vigência encerrou em 24/12/2017, conforme 4º Termo Aditivo de Prorrogação. Em dezembro de 2017 foram finalizados os repasses para este Termo, totalizando o valor de R\$ 31.235 mil. Prestações de contas parciais enviadas e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos – SEP.

17. Provisão para contingências

AÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO
JUSTIÇA TRABALHISTA	900	650	250
JUSTIÇA COMUM	2.450	1.520	930
INFRAÇÕES ANTAQ ¹	97	270	(173)
TOTAL	3.447	2.440	1.007

(1) ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

18. Receita Diferida

A Empresa mantém contratos de arrendamento operacional para operação (inclusive a construção) do Terminal de Grãos do Maranhão -TEGRAM com as empresas Terminal Corredor Norte S.A, Amaggi & LDC Terminais Portuários S/A, CGG Trading S.A e Glencore Serviços e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.

A remuneração desses contratos de arrendamento é composta por outorga fixa e outorga variável, que é paga mensalmente. Na data da assinatura dos contratos, foi paga à vista (antecipada) parte do arrendamento, que foi denominada de: 1) Oportunidade de

Negócio no valor de R\$ 144.015 mil, e 2) Down Payments no valor de R\$ 7.680 mil. O total recebido à vista foi reconhecido como receita diferida – item 50 do CPC 06 - e está sendo apropriado (no resultado) de forma linear pelo prazo de arrendamento que é de 25 anos.

Abaixo a posição da receita diferida em 31 de dezembro de 2017.

	Oportunidade de negócios	Down payment	Total
Circulante	5.773	308	6.081
Não circulante	104.410	5.555	109.965
Total	110.183	5.863	116.046

19. Outras contas/créditos a pagar

Na composição do grupo Outras Contas a Pagar destacamos os seguintes pontos:

a) R\$ 531 mil que trata de valor cobrado indevidamente pela empresa DTA. Na composição da formação do preço do serviço contratado foi incluso indevidamente os percentuais de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Essa operação ocorreu no ano de 2009, e as partes aguardam a apreciação da Prestação de Contas desse exercício por parte do TCE;

b) R\$ 703 mil relativo a rendimentos sobre aplicações de valores repassados pelo DNIT, ainda aguardando apreciação de prestação de contas de convênio que fora encaminhada pela EMAP;

c) R\$ 23.989 mil referente aos Juros sobre Capital Próprio (JCP) a Pagar Gov. Estado. Este valor corresponde a uma ação de planejamento tributário onde reconhece uma despesa dedutível do IR que reduz o lucro contábil conforme previsto no art. 9º da nº Lei 9.249/95 com alterações feitas pelos art. 51, 78 e 88 da Lei nº 9.430/96 e art. 9º da Lei nº 12.973/14.

Neste item, o novo saldo é resultado da mudança na política na destinação do valor do JCP, que anteriormente, o valor relativo ao exercício de 2015 R\$ 14.007 mil e o de 2016 R\$ 23.162 mil foram destinado ao aumento de Capital Social, com a retificação feita consoante processos administrativos EMAP Nº. 2230/2017 e Nº.

Empresa Maranhense de Administração Portuária – Porto do Itaqui – São Luís – MA – Brasil

CEP.65085-370 – e-mail: itaqui@emap.ma.gov.br - Site: www.emap.ma.gov.br

Tel.: 55(0**98) 3216-6000 – Fax: 55 (0**98) 3216-6060/3222-4756 CNPJ: 03.650.060/0001-48 Insc. Est. 12.180.031-8

0097/2018, este valor foi destinado ao efetivo pagamento de remuneração do Capital Social do único acionista da Empresa.

<u>OCORRÊNCIAS</u>	<u>VALOR</u>
Saldo antes do ajuste até 11/17	24.229
Redução JCP 2017	(1.561)
JCP 12/2017	2.021
Saldo Ajustado em 2017	24.689

20. Patrimônio Líquido

Neste item, temos como fato relevante o que segue: no encerramento das Demonstrações Contábeis de 12/2016, devido a mudança na política da destinação dos Juros sobre o Capital Próprio, onde R\$ 14.007 mil de JCP do exercício de 2015 foi revertido para pagamento ao único acionista.

Logo o Capital Social da EMAP que era de R\$ 307.316.755,54 (dividido em 307.316.755 ações nominativas, com valor unitário de R\$1,00), conforme demonstrado no Decreto Nº 31.803, art. 5º de 30 de maio de 2016 passou a ter nova composição do Patrimônio Líquido com o capital social da EMAP em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$ 293.310.095,41 (dividido em 293.310.095 ações nominativas, com valor unitário de R\$1,00) conforme demonstrado nos processos administrativos EMAP Nº. 2230/2017.

No exercício de 2017, houve também a reversão dos Juros sobre o Capital Próprio, onde R\$ 23.162 mil de JCP do exercício de 2016 foi revertido de Capital Social para pagamento ao único acionista, conforme demonstrado nos processos administrativos EMAP Nº. 0097/2018.

Com base na determinação da nova política, o capital social da EMAP em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 334.589.402,61 (2016: R\$ 293.310.095,41) dividido em 334.589.402 ações nominativas, com valor unitário de R\$1,00. Tendo como único acionista o Governo do Estado do Maranhão.

a. Reserva de Lucro – Reserva Legal


Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitada a 20% do capital social. A Empresa apresenta um saldo de reserva legal no montante de R\$ 14.522 mil em 31 de dezembro de 2017 (2016: R\$ 11.942 mil).

b. Reserva de Lucro – Reserva de Incentivo Fiscal

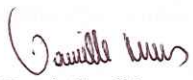
Em 17 de dezembro de 2014, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo n.º 0210/2014 que outorga à EMAP o direito à redução do Imposto de Renda de 75% referente ao projeto de modernização da infraestrutura com, fruição para o período de 2014 à 2023.

A Receita Federal homologou o pleito da EMAP em 04 de julho de 2016 considerando a decisão contida no Processo n.º 10320.720342/2015-75 reconhecendo o início do prazo de fruição de 01/01/2014 com prazo total de fruição de 10 (dez) anos, conforme ATO DECLARATÓRIO N.º 16 DE 04 DE JULHO DE 2016 publicado no Diário Oficial da União n.º 142, terça-feira de 26/07/2016.


* * * * *



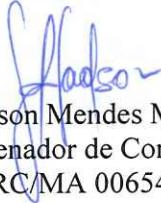
Eduardo de Carvalho Lago Filho
Presidente



Danielle Câmara Fernandes Nunes
Diretora de Administração e Finanças



Ricardo José de Moura Teixeira
Gerente de Finanças



Jadson Mendes Miranda
Coordenador de Contabilidade
CRC/MA 006540/O-1